

RELAÇÕES (DES)IGUAIS DE GÊNERO: PATRIARCADO E OS IMPACTOS SOBRE A EDUCAÇÃO DAS MULHERES NOS SÉCULOS XVIII E XIX

Lorrayne Salomé Alves ¹

Patrícia Karla Soares Santos Dorotéo ²

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como base, pesquisas bibliográficas e documentais, tendo como objeto de estudo o início da educação da mulher brasileira a partir do século XVIII, no Brasil colonial, até a sua real inserção no campo educacional no século XIX, no Brasil Imperial.

Para compreendermos como se deu a construção do processo educacional da mulher, é importante salientarmos que o gênero é uma construção social, dos padrões sociais e da história e foi em decorrência dos modos de ser homem e ser mulher na sociedade e suas influências que decorreu o processo educacional da mulher brasileira.

No Brasil Colônia, o primeiro estigma que a mulher carregou foi o de pertencer ao *Imbecilitus Sexus* (RIBEIRO 2000), os portugueses não acreditavam que elas poderiam aprender qualquer que fosse o ensinamento, apesar da opinião contrária dos indígenas e da tentativa, sem sucesso, de que as mulheres pudessem ter acesso aos mesmo ensinamentos que os homens, esse ideário perdurou até a Reforma Pombalina e a educação estar a cargo do estado. Pelo menos no papel, já que na realidade, poucas mudanças ocorreram no sistema educacional da época .

Mesmo com a vinda da Corte ao Brasil e a crença de que realmente haveria mudanças, poucas foram as alterações feitas para educar as jovens brasileiras. Somente em 1827, com a lei Geral, que começaram a ocorrer reais mudanças e as mulheres foram inseridas na educação, mas ainda havia o sexismo entre os meninos e as meninas, sendo a educação feminina voltada para o cuidado do lar, irmãos, filhos e marido. Apenas em 1870 foram fundadas as escolas com classes mistas e as passaram a ser inseridas, ainda que num contexto de desvantagem, ao meio educacional.

De acordo com Lima (2009),

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG, lorrynesalome02@gmail.com;

² Professora orientadora: doutoranda em Educação, FAE/UFMG, professora do Departamento de Educação e Ciências Humanas da Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade Ibirité, patricia.santos@uemg.br.

A educação surge para desempenhar essa função imprescindível: através dela cada indivíduo singular se apropria das objetivações que constituem os traços da sociabilidade, as características humano-genéricas produzidas pelos próprios homens. Portanto, a função realizada pela educação atende a uma necessidade universal do ser social, pois todas as formas de sociedade demandam um processo de reprodução da sociabilidade que a caracteriza. (LIMA, 2009, p. 109)

Assim, a educação da mulher representaria uma força a mais para se libertarem da opressão infligida pelo homem e pela Igreja, elas poderiam reivindicar sua independência e se afirmarem perante o patriarcado, mas apesar da invisibilidade com que foram tratadas por anos, algumas se revoltaram em um sistema que não permitia revoltas, se educaram e se levantaram, pretendemos destacar também algumas dessas mulheres que de formas inventivas e próprias se opuseram ao sistema.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O presente artigo buscou analisar historicamente a trajetória educacional da mulher brasileira, detendo-se em como o patriarcado influenciou o processo educacional da mulher nos séculos XVIII e XIX.

A abordagem é qualitativa, fundamentando-se em pesquisas bibliográficas documentais. De acordo com Minayo (2000), a pesquisa qualitativa, busca estudar os fenômenos e a realidade social, sendo tratado por meio da história, seus significados e culturas. A pesquisa bibliográfica, como afirma Martins (2001), deve não somente explicar, mas também levantar debates a respeito de determinado tema, tomando como base todo referencial teórico publicado através dos conhecimentos e leituras das teorias e trabalhos existentes, tais discussões e debates irão suceder novas e próprias interpretações dos pesquisadores.

Por meio destas abordagens e das discussões, estudos e debates realizados na disciplina “Feminismos no Brasil, histórias de lutas e interseções com a educação”, ofertada pela Universidade do Estado de Minas Gerais, construíram-se as problematizações e reflexões acerca do tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As relações sociais de gênero e o papel imposto as mulheres e aos homens foi naturalizado através do tempo. Para compreendermos como as desigualdades socialmente impostas através do gênero ocorrem em nossa sociedade, é necessário nos basearmos não nas diferenças biológicas (Louro, 1998), mas sim na cultura, padrões sociais, história e nas formas de representação destes ao longo dos anos, pois é no campo social “que se constrói e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos” (Louro, 1998, p. 22).

Diante disso, voltamos ao Brasil Colônia, no qual as mulheres carregavam o estigma da fragilidade e imbecilidade, consideradas como apresenta RIBEIRO (2000) fazendo parte do Imbecilitus Sexus, ou Sexo Imbecil, faziam parte dessa categoria também crianças e doentes mentais. Cabia as meninas aprender as prendas domésticas e como ser mãe e esposa, além de cantos e orações, para que pudessem cuidar e zelar pelos pais e irmãos e conseqüentemente, filhos e maridos, não tinham qualquer participação na vida urbana e no espaço público, quando muito, faziam pequenas aparições em procissões ou missas, sendo silenciadas em todos os espaços sociais.

Ao homem era destinado o papel do público e da tomada de decisões, a sociedade patriarcal ditava as ordens e como deveriam se dar as relações sociais.

No Brasil Colônia, o homem decidia as ações. Era ele quem dominava, através da família patriarcal. Aliás, a palavra família vem de *famulus*. Uma expressão latina que quer dizer: escravos domésticos de um mesmo senhor. Ou seja: todos deviam obediência ao senhor patriarcal. Sua esposa e filhas também. Elas o chamavam de senhor meu marido, senhor meu pai . (Ribeiro, 2000, p.81)

Com o ensino nas mãos da Igreja, principalmente a cargo dos jesuítas, a educação era destinada aos homens brancos e ricos, a mulher, restava a submissão e a serventia. A primeira solicitação para que as mulheres tivessem acesso a educação partiu dos indígenas brasileiros, que consideravam as mulheres como suas companheiras, não vendo motivos para que houvesse diferenças em sua educação, eles solicitaram ao padre Manoel de Nóbrega que ensinasse suas mulheres a ler e a escrever, o padre enviou para a rainha de Portugal, Dona Catarina, uma carta solicitando permissão para que as mulheres pudessem ser instruídas. Para o padre, a instrução das mulheres que ali viviam, e em sua maioria frequentavam a catequese, desencadearia maior respeito e menos abusos para as mulheres, seria uma forma de moralização da sociedade. O pedido foi negado, sendo considerado “ousado” e com “consequências nefastas”, mesmo na metrópole poucas mulheres eram alfabetizadas, porque deveriam as indígenas ter instrução.

No século XVI, na própria metrópole não havia escolas para meninas. Educava-se em casa. As portuguesas eram, na sua maioria, analfabetas. Mesmo as mulheres que viviam na Corte possuíam pouca leitura, destinada apenas ao livro de rezas. Por que então oferecer educação para mulheres ‘selvagens’, em uma colônia tão distante e que só existia para o lucro português? (Ribeiro, 2000, p.81).

Desconsiderava-se a educação das mulheres como algo necessário, sendo difundido por autores e poetas da época, em trechos como o do poeta português Gonçalo Trancoso “mulher que sabe muito é mulher atrapalhada, para ser mãe de família, saiba pouco ou saiba nada” ou o abecedário moral do mesmo autor, que afirmavam e difundiam qual deveria ser o

papel da mulher na sociedade. No Brasil, fosse ela indígena, branca ou negra deveria servir ao homem português.

Apesar da decisão, como afirma Ribeiro (2000), algumas indígenas como Catarina Paraguassú reconhecida como a primeira brasileira a aprender a ler e a escrever, conseguiram se instruir e alfabetizar, as mulheres sempre enfrentaram as situações que lhes eram impostas. No entanto, á elas não eram permitido uma educação que pudesse levá-las a refletir ou questionar a estrutura social ou seus direitos nessa sociedade. “As meninas criadas em ambiente rigorosamente patriarcal, estas viveram sob a mais dura tirania dos pais - depois substituída pela tirania dos maridos” (FREYRE, 1998, p. 421).

Dessa forma, a educação feminina no período colonial era praticamente inexistente, ou eram educadas em casa ou em conventos, devotando as suas vidas a Igreja e recebendo uma educação voltada à devoção. Nos conventos, local onde eram enviadas as mulheres que estavam em desacordo com as normas impostas nessa sociedade, elas aprenderam a sobreviver em uma sociedade que prezava o lucro, como afirma Silva (2010) algumas das recolhidas começaram a se dedicar a administração da instituição e ao ensino das outras moças que eram recebidas, logo foram acumulando grande riqueza.

A educação e a escolarização permitiriam que as meninas e mulheres contestassem a hierarquia patriarcal e a Igreja, reivindicando sua independência, mas isso não poderia ser permitido.

Com a Reforma Pombalina e a expulsão dos jesuítas do Brasil, a educação passa para as mãos do Estado. Foram instaladas escolas regias para as meninas, o ensino era separado por sexo e surgiu o magistério público, as mulheres poderiam dar aulas apenas para as meninas e os professores homens aos meninos, não era permitido que meninos e meninas frequentassem a mesma sala de aula. Apesar das poucas mudanças, marcou a primeira tentativa de transformação da educação. Luís Antonio Verney escreveu "O Verdadeiro Método de Estudar", no qual dedicou um apêndice à educação da mulher, em sua obra descreveu como o foco da educação feminina deveria estar voltado, como destacado por Ribeiro (2000),

a vida doméstica, a serventia do lar, a tarefa de prender o marido em casa, além da arte de educar os filhos, que antes era tarefa da escrava. Verney sugeria também, a leitura da história, as noções de aritmética, o estudo das línguas, da dança, entre outros. No entanto, poucos reflexos dessa educação chegou ao Brasil.

Ainda um homem decidindo sobre algo que dizia respeito às mulheres, a reforma, no entanto, não representou uma acentuada mudança.

Com a vinda de D. João VI e da Corte ao Brasil, em 1808, e as mudanças significativas na sociedade colonial, acreditava-se que haveria mudanças também para a educação das

mulheres, mas essas continuaram deixadas a parte “tudo se preparara, mas nada de positivo se fizera em prol da educação da jovem brasileira” (RIBEIRO, 20000, p. 90).

Com a influência de estrangeiros, segundo Silva (2010), surge o interesse e a procura por professoras que ensinassem meninos e meninas simultaneamente. Apesar dos pequenos avanços durante o período do Império Brasileiro, as mulheres seguiam sem obrigatoriedade de cursar o ensino secundário, que se destinava ao preparo dos homens para o ingresso no ensino superior.

A primeira legislação, após a independência, que marcou o ensino no Brasil foi a Lei Geral, de 15 de outubro de 1827, a lei tratou da remuneração dos mestres e mestras, do currículo mínimo, da admissão de professores e das escolas para meninas.

A educação brasileira seguiu esse padrão, até 1870 quando foram fundadas as escolas protestantes, que pela primeira vez no Brasil, reuniu meninos e meninas na mesma classe. A partir de então as mulheres foram conquistando seus lugares nas sociedades, mas ainda eram consideradas inaptas para lecionar para meninos maiores de 12 anos, sendo restrita a elas a educação elementar, pois tinham o “dom” e a “vocação” para educação das crianças. O magistério tornou-se uma opção decente para aquelas que ainda não havia se casado, havia mesmo no início do século XX, a exigência de que as mulheres que atuavam como professoras aderissem ao celibato, de acordo com o Estatuto da Instrução Pública, as professoras deveriam ser solteiras ou viúvas, caso contrário deveriam deixar o cargo.

Ainda assim, algumas mulheres foram destaque mesmo com a situação excludente vivenciada, como Beatriz Francisca de Assis Brandão que participou ativamente da vida social, política e cultural do século XVIII através de suas poesias, Nísia Floresta Brasileira Augusta que lutou a favor da educação das mulheres e indígenas, pela abolição da escravidão e ergueu-se contra o patriarcado, além de ser a primeira escritora negra do Brasil, e Maria Firmina dos Reis que denunciou e se mostrou contra a opressão com os negros e mulheres no Brasil. Tivemos muitas outras, algumas discutidas no decorrer da disciplina de “Feminismos no Brasil história de lutas e intercessões com educação” outras descobertas através das leituras, mas o importante é destacar, como através da educação foi possibilitado a mulher se impor perante as desigualdades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da exposição do processo histórico educacional da mulher no Brasil, é possível perceber como no início da colonização, a maior parte das mulheres eram analfabetas e tinham negado o direito à educação, elas deveriam servir aos homens e aos seus interesses.

Era reservado a elas o espaço do privado e do doméstico, somente a partir de 1879 foram autorizadas a frequentar o ensino superior.

Porém, como podemos perceber, mesmo com o acesso à educação e a instrução sendo praticamente nulos durante 327 anos, algumas mulheres resistiram ao sistema patriarcal.

Estudar como decorreu esse processo educacional, precisa servir não apenas para conhecimento, mas deve gerar inquietações e discussões acerca das relações sociais de gênero e como elas influenciam a vivência de diferentes oportunidades, sejam elas educacionais, profissionais ou sociais. A educação deve ser libertadora e emancipatória, sendo através dela possível desconstruir a hierarquização entre os sexos e as desigualdades de gênero construídas socialmente.

Palavras-chave: Educação; Mulheres; Gênero; Período Colonial; Patriarcado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. R. P. de. (2000). Instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação. História do Ensino de Línguas no Brasil – HELB, s/v, s/p.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- LIMA, Marteano Ferreira. **Trabalho, reprodução social e educação em Lukács**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2009.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. 2. ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARTINS, G. A. & Pinto, R.L. Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos, São Paulo: Atlas, 2001.
- RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. *Mulheres Educadas na Colônia*. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). 500 Anos de Educação no Brasil. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000, p. 79-94.
- TOMÉ, Dyeinne Cristina; QUADROS, Raquel dos Santos; A educação feminina durante o Brasil colonial (.pdf). In: Anais da Semana da pedagogia da UEM, 1, 2012, Maringá.